

CONEXÃO DAS VIRTUDES: A POSSIBILIDADE DE A PRUDÊNCIA SER A TOTALIDADE DAS VIRTUDES MORAIS EM ARISTÓTELES

*Karina Ferreira Silveira**

Resumo: O presente trabalho visa discutir alguns aspectos relevantes, sobretudo, dos livros II, VI e VII com referência a outras passagens da obra *Ethica Nicomachea*. Este trabalho é propedêutico e não conclusivo, não buscando um tratamento completo das questões concernentes ao livro em questão. Considera-se, sobretudo, a significância da relação entre prudência e virtude moral no que diz respeito a uma ética das virtudes em Aristóteles, bem como, para uma investigação se há possibilidade de a prudência ser a totalidade das virtudes morais.

Palavras-chave: prudência, virtude moral, disposição, caráter, ação.

I

A doutrina clássica da conexão das virtudes é uma doutrina bem difundida, sendo sustentada por vários filósofos ao longo da história. Para exprimir sucintamente, tal doutrina defende que quem possui uma virtude possui todas. O interesse deste trabalho é saber se tal doutrina pode ser atribuída a Aristóteles, e, se for o caso, como ele a sustentou. Dentre vários comentadores, Alexandre de Afrodisia atribui a doutrina da conexão das virtudes a Aristóteles ao mostrar que as virtudes estariam conectadas entre si, R. Gauthier, por sua vez, defende a tese de uma unidade das virtudes. Tais defesas apresentam-se como “doutrina forte” da conexão das virtudes. Em contraposição, com base nos argumentos aristotélicos, defenderemos que Aristóteles, ao tratar da relação entre virtude moral e prudência, sustentou uma

* Graduanda do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

tese mais moderada, a saber, a da conexão das virtudes próprias que o agente adquire através do hábito por intermédio da prudência, sem sustentar que quem possui uma virtude, necessariamente, possui todas. Zingano é um dos principais comentadores que defendem a “tese moderada” da conexão das virtudes em Aristóteles. A partir da leitura da obra *Ethica Nicomaquéia*¹ e da discussão relacionada ao problema da inconsistência dos argumentos defendidos acerca da “tese forte” da conexão das virtudes, defenderemos que Aristóteles ao mencionar que o prudente possui as outras virtudes ele trata da relação necessária entre prudência e as virtudes morais no tocante a ação moralmente boa, mas jamais do fato de que o sujeito teria todas as virtudes morais ao adquirir a prudência.

Defensores da conexão forte das virtudes em Aristóteles se utilizam de duas principais teses, a saber, (i) toda virtude moral requer a prudência e (ii) a prudência requer todas as virtudes morais. Por outro lado, duas teses intervêm na atribuição da conexão forte das virtudes a Aristóteles, (iii) toda virtude moral *própria* é acompanhada de prudência e (iv) a prudência requer um bom número de virtudes morais. A tese (ii) é excessiva demais e deve ser corrigida por (iv) a prudência requer um bom número de virtudes. A tese de que a prudência requer todas as virtudes morais ganha plausibilidade por parecer mudar muito pouco o que foi dito em (iv). Porém, mostraremos que ao tomar a tese (iv) para explicar a conexão das virtudes em Aristóteles, não haverá exigência da presença de todas as virtudes morais no agente ou na ação particular do prudente. E, ainda, seria excessivo concluir a partir da tese (i) a tese (ii), na qual Aristóteles teria afirmado a necessidade da prudência possuir todas as virtudes morais.

¹ Doravante nos referiremos a esta obra utilizando a abreviatura EN, Cf. tradução de Terence Irwin e Marco Zingano.

II

Aristóteles apresenta em EN VII da seguinte maneira: “Ao que acrescentamos o que foi dito acima, a saber, que o prudente é um homem prático (é alguém que se ocupa dos fatos particulares) e que ele possui as outras virtudes².” Dentre algumas interpretações, R. Gauthier afirma que as virtudes seriam para Aristóteles inseparáveis uma das outras porque também são inseparáveis da prudência³. Alexandre de Afrodisia atribui à conexão das virtudes em Aristóteles defendendo que a virtude moral implica a prudência e a prudência implica virtude moral, pois, a melhor virtude é julgada pela escolha correta. E se o bem deliberar é o trabalho da prudência para obtenção do fim correto, logo, a prudência e a virtude moral estão diretamente relacionadas, pois deliberam sobre as coisas que contribuem para ação moralmente boa. E, ainda, Alexandre interpreta a passagem de Aristóteles afirmando que além da relação existente entre virtude moral e prudência, necessariamente a pessoa que possui *qualquer* virtude moral *absolutamente* possui a prudência, se a virtude moral desempenha a ação definida pela prudência racionando corretamente. E isto também *necessariamente* pela pessoa que possui a prudência para possuir a virtude moral. Tal interpretação decorre de uma doutrina forte da conexão das virtudes em Aristóteles, onde requer afirmar que na ausência de uma só virtude lhe faltarão todas as outras ou, ainda, que ao adquirir uma virtude lhe serão dadas todas as outras⁴.

Parece que as virtudes devem ou existir todas ou desaparecer todas porque haveria uma relação de que sem prudência, não há virtude moral, e sem todas as virtudes morais não há prudência. É a posição que Tomás de Aquino sustenta:

² EN VII 3 1146a 7-9. Tradução adaptada do grego por Marco Zingano.

³ Cf. *comment.* Louvain 2^o ed. 1970, p. 558-559.

⁴ Cf. *Ethical problems* 22.

Nenhuma das virtudes morais pode existir sem a prudência, nem a prudência existir sem as virtudes morais, como foi mostrado. Assim, quando a prudência, que é uma única virtude, existe em alguém, todas as outras virtudes morais estarão presentes simultaneamente com ela, e nenhuma delas aí estará na ausência da prudência.⁵

Tal defesa a tese forte da conexão das virtudes leva em consideração as duas tese citadas no início deste artigo, ou seja, (i) toda virtude moral requer a prudência e (ii) a prudência requer todas as virtudes morais. Tomás de Aquino cita contra-exemplos, no caso do pobre que não é magnífico e o caso do homem modesto que não é magnânimo. Ele defende que a ausência de uma certa virtude é devida à falta de matéria, se tal falta fosse corrigida, o homem teria esta virtude. Para tais argumentações, Tomás de Aquino escreve o seguinte:

No entanto, pode ocorrer que se diga que uma virtude falte a quem possui todas as outras por causa da falta de matéria, como ocorre ao pobre virtuoso de não possuir a magnificência, pois não possui o que é preciso para fazer grandes despesas. Contudo, graças à própria prudência que ele possui, está disposto de tal modo que pode tornar-se um homem magnífico muito rapidamente, se não mais lhe faltar matéria.⁶ (Tradução de Marco Zingano).

A tentativa de Tomás de Aquino para sustentar a tese forte seria a relação da prudência não somente com o universal, mas também com os particulares. Por isso, o argumento de Tomás de que há possibilidade de faltar uma virtude no homem prudente sem, porém, faltar todas, desde que o motivo seja a ausência de matéria. Do contrário, na falta de uma virtude, mesmo possuindo matéria para efetivá-la, o juízo sobre o que se deve fazer estará

⁵ Cf. Comment. EN ad 1145a 1-2.

⁶ Cf. Commentary on Aristotle's. Nicomachean Ethics 1993.

corrompido, pois não se obtém a prudência somente por ensino, mas também ela é obtida na prática em função dos particulares por meio dos quais agimos. Por conseguinte, a perda de uma virtude causaria a perda da prudência e, visto que não há virtude própria sem prudência, a perda de uma virtude causaria a perda de todas as outras virtudes. Com efeito, a força do argumento de Tomás de Aquino ocorre no sentido valorativo da perda de uma virtude.

III

Pode ocorrer que, para certas ações particulares, seja necessário recorrer a mais de uma virtude, por exemplo, em uma guerra, pode ser questão de se utilizar da coragem, bem como, da justiça e da generosidade. Isto garante que com freqüência certo número de virtudes é necessário para que encontremos a boa ação, mas nada afirma que, para toda ação, é sempre necessário todas as virtudes. Da mesma forma, em uma dada ação pode-se utilizar apenas de uma virtude, por exemplo, que alguém demonstre simpatia por outrem sem que nenhuma outra virtude esteja em questão. Aristóteles não afirma em nenhum lugar que somente quem já possui todas as virtudes morais pode adquirir além delas a prudência. Talvez, para alguns comentadores fosse melhor reduzir os argumentos aristotélicos a uma tese forte da conexão das virtudes e dar o assunto como encerrado. Mas a pretensão aqui é analisar os argumentos aristotélicos tal qual ele formulou *ex professo*.

Um primeiro problema que surge naqueles que sustentam a tese forte ocorre quando contradizem o que Aristóteles expressamente declarou a respeito da aquisição das virtudes morais: “Sendo dupla a virtude – uma intelectual e a outra moral -, a virtude intelectual tem gênese e aumento em grande parte pelo ensino (por isso requer experiência e tempo), ao passo que a

virtude moral resulta do hábito (...)”⁷. A tese forte supõe que a posse da virtude intelectual dê base à posse das outras virtudes, o que supõe também que a sua aquisição não se fizesse mais pelo hábito, mas pelo ensino da prudência. Ora, Aristóteles deixa claro em sua obra que tornamo-nos justos praticando a justiça, tornamo-nos temperantes praticando a temperança e não porque simplesmente sabemos o que é a justiça e a temperança. Nesta perspectiva, há outra distinção que Aristóteles faz que tem um papel importante nesta discussão. Ele afirma que o agente pode agir moralmente e adquirir uma disposição moral, sem, porém, agir como o prudente, sem agir segundo a verdadeira apreensão das razões pelas quais devo fazer o que estou fazendo, ou seja, o agente age segundo virtude natural, isto é, um modo de ser natural de nossas virtudes. Quando o agente apreende a razão, produz uma alteração no seu modo de agir, embora a disposição permaneça igual ao que era ele passa a agir segundo virtude própria.⁸ A disposição permanece a mesma porque o mesmo resultado se produz, o mesmo fim é visado, embora a maneira de agir seja doravante diferente. Percebe-se que a virtude própria tem uma relação especial com a virtude natural, pois a virtude própria é a virtude natural tornada perfeita pela apreensão de razões. E a virtude do prudente, por sua vez, é a virtude natural do homem tornada perfeita pela apreensão de razões, isto é, pela virtude própria. Nota-se também a importância da apreensão de razões, pois, é a partir dela que a virtude natural é aperfeiçoada, e é neste sentido que a virtude natural é indispensável para o agente, do contrário, se permanecesse desacompanhada de razão ela poderia ser prejudicial para o agente. É na virtude própria que ocorre a apreensão de razões na qual não somente o que devemos fazer, mas também o fazemos em função das boas razões. Fica claro afirmar que se a virtude própria é aquela na

⁷ EN II 1 1103a 15-16

⁸ EN VI 13 1144b 12-13

qual há apreensão de razões, então ela é a virtude moral acompanhada de prudência, pois a prudência é justamente a apreensão de razões a título de virtude intelectual que opera no interior das virtudes morais. A prudência por atuar no âmbito da moralidade aperfeiçoa a virtude moral no interior da qual opera a apreensão de razões. Contudo, a prudência não pode existir sem a virtude natural, pois o seu papel é justamente tornar a virtude natural em virtude própria através da apreensão de razões. Aristóteles evidencia isto em EN: “Há duas espécies da parte ética, a virtude natural e a virtude própria, e destes dois tipos a virtude própria não se produz sem prudência.”⁹

É bom ressaltar que a virtude natural que o homem possui, não é uma virtude desprovida de razões, ela é somente desprovida de boas razões que caracterizam a prudência, mas isto não a torna desprovida de razões. A apreensão de razões que faz referência em EN VI 13 é mais precisamente as boas razões que o homem prudente possui por meio do hábito, que correspondem a condições bem fortes. A prudência não apenas diz respeito ao que é bom fazer no instante momento, mas também trata da relação de suas múltiplas atividades, considerando o contexto político e social vigente. Além disso, as razões do prudente são sempre verdadeiras, pois ele vê a verdade em cada ação. A razão prudencial estende sua temporalidade para o futuro, tendo em vista o bem para si e para os outros.

A relevância de salientar os dois tipos de virtude está na perspectiva de encontrar boas razões para a ação. A ética aristotélica está inteiramente voltada para a ação, por isso, o estudo sistemático dos conceitos aristotélicos. Em várias passagens da EN, Aristóteles trata da conexão necessária entre prudência e as virtudes morais que o sujeito adquire por meio da prática reiterada de ações virtuosas. Está conexão entre ambas, os defensores da tese

⁹ EN VI 13 1144b 15-17. Aristóteles também mostra que há dois tipos de existir para as virtudes, evidenciando a relação entre ambas e, EN VI 13 1144b 4-8.

forte também evidenciam, o problema é que os mesmos atribuem a Aristóteles uma tese muito forte e que necessitaria de uma modificação no interior da obra para ser sustentada. Desse modo, sem modificações, vejamos o que Aristóteles diz: “A prudência está ligada à virtude do caráter e está a prudência, pois os princípios da prudência se estabelecem segundo as virtudes morais e a reatidade das virtudes morais se produz em conformidade com a prudência.”¹⁰

Aristóteles não afirma que todas as virtudes morais se estabelecem ao mesmo tempo, mas que a prudência supõe as virtudes que o agente possui, pois a prudência é a única virtude intelectual que opera no interior da virtude moral, ou seja, a prudência possui uma parte teórica e também prática. Desta parte prática ela participa juntamente com as outras virtudes em vista da melhor ação. O mesmo ponto é discutido por Aristóteles em outras duas passagens. A primeira delas em EN VII 3 1146a 7-9, é utilizada também pelos defensores da conexão forte das virtudes, e que já foi citada neste artigo na página dois, onde ele demonstra que o prudente por ser um homem prático possui as outras virtudes. Na segunda passagem Aristóteles diz: “Não pode a mesma pessoa ser prudente e incontinente ambas de uma só vez. Pois foi demonstrado que a pessoa prudente tem que ter ao mesmo tempo um excelente caráter [e a pessoa incontinente não].”¹¹ (Tradução feita por mim).

Em ambas as passagens, trata-se da relação necessária entre a prudência e as virtudes morais e, ainda, que o homem prudente em dada ação particular não pode ao mesmo tempo agir viciosamente, pois ele tem que possuir simultaneamente um excelente caráter. Isso implica a relação entre prudência e a virtude de caráter, isto é, a virtude moral que o sujeito adquire através da prática reiterada de ações virtuosas, isto é, do hábito. O homem

¹⁰ EN X 8 1178a 16-19. Tradução adaptada por Marco Zingano.

¹¹ Nor can the same person be at once both prudent and incontinent*. For we have shown that a prudent person must also at the same times be excellent in character, [and the incontinent person is not].* (1152a 6-8) (Irwin. Ed. Second).

prudente, por sua vez, possui um caráter virtuoso, ele é propriamente bom nas coisas que devem ser feitas, pois conhece as circunstâncias particulares, escolhendo corretamente os meios e agindo de modo firme e flexível. Tal condição de certo modo inviabiliza a possibilidade do homem agir como o incontinente ou acrático.

Não são apenas as virtudes morais que não se engendram sem a prudência, mas as virtudes que pertencem a quem age segundo uma escolha, isto é, aquele que apreende as razões para agir ou não agir. É suposto que quem delibera, delibera bem, visto que a prudência é a boa deliberação. Aristóteles deixa mais evidente quando afirma: “Não é possível ser prudente sem a virtude moral, nem possuir a virtude moral sem a prudência.”¹². Percebe-se que ao tentar esgotar as passagens onde Aristóteles menciona a doutrina da conexão das virtudes, a única coisa que percebemos é a necessária relação entre as duas e que dependendo da situação o agente necessite de mais de uma virtude, mas nunca uma afirmação que necessariamente tenha que possuir todas e ao mesmo tempo. Contudo, a tese (ii) a prudência requer todas as virtudes morais, da qual defensores da tese forte apontam, parece excessiva. Mais ainda, porque tal tese advém da interpretação da tese (i) toda virtude moral requer a prudência? Mesmo esta tese sendo indiscutivelmente aristotélica, ela é fraca demais para estabelecer uma conexão forte das virtudes. É necessário analisar melhor os argumentos aristotélicos e verificar com base no que ele fez tal referência. Assim sendo, conforme tradução literal pode-se afirmar que Aristóteles supõe-se previamente a posse das virtudes morais, mas ainda não de todas as virtudes morais.

Os argumentos trazidos por Tomás de Aquino a favor da tese forte parece ser bastante engenhoso e de certo modo relevante. Ele toma precaução de citar contra-exemplos no que diz respeito à falta de uma virtude, e que tal

¹² EN VI 13 1144b 32. Tradução adaptada de Marco Zingano.

falta ocorre por causa da falta de matéria. Tomás ao afirmar isto se baseia em uma passagem aristotélica:

(...) não deixamos de levar em conta o agente e de indagar quem é ele e que recursos possui; pois os gastos devem ser dignos dos seus recursos e adequar-se não só aos resultados, mas também a quem os produz. Por isso um homem pobre não pode ser magnífico, visto não ter os meios de gastar apropriadamente grandes quantias; e quem tenta fazê-lo é um tolo, porquanto gasta além do que se pode esperar dele e do que é apropriado; ora, a despesa justa é que é virtuosa.¹³

Porém, em outras passagens Aristóteles também deixa claro que pode uma pessoa generosa não ser magnífico mesmo dispondo de muita riqueza, pois lhe faltaria o hábito relativo à magnanimidade. Não se pode determinar quantas ações são necessárias desenvolver para o homem possuir integralmente uma virtude, por isso, o processo pelo qual se adquire uma virtude é longo e requer cautela. Desse modo, a ação moralmente boa ocorre por meio da atividade conforme virtude. Tomás de Aquino sustenta uma outra razão para defender a conexão forte das virtudes em Aristóteles. Quando afirma que a prudência tem relação não somente com o universal, mas também com os particulares, explicando o papel da parte prática da prudência, que na falta de uma virtude o juízo sobre o que convém fazer estará corrompido. Contudo, a perda de uma virtude causaria a ruína da prudência e, visto que não há virtude própria sem prudência, a perda de uma virtude causaria a perda de todas as outras virtudes. Há uma clivagem aristotélica, quando ele explica a necessidade da prudência se fazer presente nas ações morais, pois a prudência além de ser aquela que aperfeiçoa a virtude natural tornando-a virtude própria, a prudência atua sobre os meios necessários para a realização do fim visado, ou

¹³ Cf. *Ética a Nicômaco*. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

seja, atua sobre o correto juízo no qual se deve praticar. Porém, para Aristóteles um ato virtuoso não necessariamente põe em operação todas as virtudes, ao contrário, no mais das vezes pode valer-se apenas de uma só virtude. Deste modo, a força do argumento de Tomás de Aquino no sentido que ele dá para a perda de uma virtude, torna-se fraca no tocante a ética aristotélica, onde cada virtude é uma virtude integralmente. De tal forma, o argumento de Tomás visa mostrar que a ausência de uma virtude é causa de corrupção da prudência, mas em uma ótica aristotélica, a corrupção da prudência é a aquisição de um vício. A ausência de uma virtude não é desejável, mas ela ainda não causa a ruína da prudência.

A principal passagem que Aristóteles escreve para matizar a tese (i) da impossibilidade das virtudes morais sem a prudência, na qual os defensores da tese forte se baseiam, diz o seguinte: “Vê-se assim claramente, segundo o que acabamos de dizer, que não é possível ser bom propriamente sem prudência, nem prudente sem a virtude moral.”¹⁴ A expressão “ser bom propriamente” refere-se à distinção de virtude própria e virtude natural salientado anteriormente neste artigo. Toda virtude moral *própria* é uma virtude acompanhada de prudência, pois a prudência é a apreensão de razões que opera no interior da virtude natural tornando-a virtude própria. Ela não pode existir sem a virtude moral, dado que opera em seu interior. Mas a virtude moral tem um modo de ser sem a prudência, isto é, a virtude natural, e mesmo este modo sendo precário e provisório, estará sempre aberto à apreensão de razões. A virtude é uma disposição ligada à escolha deliberada, sempre aberta à apreensão de razões. Vê-se igualmente que se pode não somente dizer que a virtude moral requer a prudência, mas também que a prudência requer a virtude moral. E visto que pertence à virtude moral pôr os fins moralmente bons, a prudência não pode existir sem a virtude moral. Aristóteles ao mesmo

¹⁴ (EN VI 13 1144b 30-32) (ed. Bywater). Tradução adaptada de Marco Zingano

tempo em que deixa claro isso, sustenta que a prudência requer as outras virtudes, isto é, requer um bom número de virtudes e não necessariamente todas e ao mesmo tempo. Não seria o caso de uma tese da unidade das virtudes, como a defendida por Gauthier. Pois, para Aristóteles as virtudes são adquiridas pelo hábito e se geram independentemente umas das outras, por exemplo, não preciso ser generoso para possuir a coragem. E, finalmente, percebemos que tais virtudes morais fazem apelo à prudência, pois se abrem a apreensão de razões com o objetivo de serem aperfeiçoadas pela prudência.

IV

Contudo, conclui-se que, existe uma conexão das virtudes em Aristóteles, onde se faz necessária para o âmbito da ação moral a relação entre prudência e virtude moral. Desse modo, percebemos que Aristóteles sustenta que toda virtude própria é acompanhada de prudência e que a prudência requer a virtude moral. A tese moderada da conexão das virtudes interpreta desta última, que a prudência requer um bom número de virtudes. A tese de que a prudência requer a virtude moral provém também da relação entre ato moral e vida feliz. Há uma relação entre ambos, pois aquele que possui uma vida virtuosa tem em vista um fim último de suas ações, a saber, a felicidade. É relevante considerar tal abordagem na relação existente entre prudência e virtude moral, tendo com clareza que as condições para o ato moral não são idênticas às condições para a vida feliz. São dois conceitos distintos se tratados separadamente, mas cruciais para o entendimento e esclarecimento da ação moral, pois o homem que escolhe viver virtuosamente tem em vista a *Eudaimonia*, isto é, a felicidade como fim último da vida humana.

Aristóteles mostra que a prudência abre-se ao alargamento das virtudes, que o sujeito adquire através da prática reiterada de ações virtuosas,

visto que poderia ser seu ideal aquele no qual todas as virtudes estão presentes. É evidente que o desejo de Aristóteles seria que o homem prudente, além de possuir a prudência, pudesse ser aquele que possui todas as outras virtudes. Ele deixa em aberto esta possibilidade, reconhecendo que isto seria o ideal. Mas reconhece também a dificuldade de se conquistar todas as virtudes, por causa da particularidade das ações, bem como, a dificuldade de nomear todas as espécies de virtude. Podemos dizer que aqueles que defendem uma conexão forte das virtudes em Aristóteles reduzem em um número limitado as virtudes existentes para poder afirmar que quem possui uma virtude possui todas.

O intento deste trabalho foi mostrar que nada obriga que a prudência implique já a presença de todas as virtudes morais. E que a virtude moral faz apelo à prudência, abrindo-se para a apreensão de razões, querendo ser aperfeiçoada pela parte prática da virtude intelectual. A parte prática da prudência se relaciona com a virtude moral, pois as virtudes morais são adquiridas pelo hábito e a prudência, por sua vez, só se efetiva na ação moral. Cada virtude é adquirida integralmente e separada uma das outras, efetivando-se nas ações particulares em que o sujeito está inserido. Tal processo ocorre, sobretudo, a partir da escolha deliberada, onde a prudência atua sobre os meios corretos e a virtude moral sobre o fim bom, belo e justo.

Referências bibliográficas:

APHRODISIAS, A. *Ethical problems*. 3ed. Translated by R. W. Sharples. Cornell University Press, 1990.

AQUINAS, T. *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*. Translated by C. J. Litzinger. Dumb Ox Books, 1993.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores).

_____. *Ethica Nicomachea*. Ed. I. Bywater. Oxford University Press, 1988.
(Oxford Classical Texts).

_____. *Nicomachean Ethics*. 2ed. Translated, with introduction, notes, and
glossary, by T. Irwin. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 1999.

GAUTHIER, R. *Comment*. Louvain 2ed. 1970, p. 558-559.

ZINGANO, M. *Estudos de ética antiga*. 2ed. São Paulo: Discurso Editorial.
Paulus, 2009.